



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE: A FRUTA E OS CAROÇOS

Lígia Karam Corrêa Magalhães

UFRJ

E-mail – ligiakaram@gmail.com

Adriana Patrício Delgado

UFRJ

E-mail - adrypatry@hotmail.com

Renata L. B. Flores

UFRJ

E-mail – renataflores2010@gmail.com

Resumo

O presente estudo se propõe a demarcar o campo crítico na análise das políticas que têm regulado a formação e o trabalho docente, de um lado, bebendo dessa fonte e, de outro, buscando contribuir com a atualização do debate. Para tal, guia-se por algumas inquietação ue se materializam nas seguintes perguntas: em que medida políticas educacionais e de editais, como o “Mais Professores” e o “Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)”, têm regulado a formação e o trabalho docente? Que marcas têm produzido na identidade profissional dos/das futuros/as professores/as e dos/das que estão em exercício efetivo? A partir destas questões, adota-se um percurso metodológico de cunho qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica e documental, orientado pelo método do materialismo histórico (Netto, 2011; Ianni, 2011) e sob lentes teóricas de autores/as do campo crítico que analisam currículo, políticas e Programas voltados à formação e ao trabalho docente. Cabe dizer que políticas educacionais que tratam da formação e do trabalho docente têm se fortalecido nas últimas décadas como um campo de investigação, especialmente devido ao crescimento da intervenção de setores do empresariamento com interesses econômicos privatistas na educação em consonância ao avanço de projetos societários neoliberais (Souza, 2022). Palavras como, eficiência, eficácia, resultados, mercado, competências, empregabilidade, têm estado



cada vez mais presentes nos documentos oficiais e denotam a penetração da ideologia do gerencialismo, constituindo um novo “léxico” educacional, o que Shiroma, Campos e Garcia (2005) nomeiam de “vocabulário da reforma”. Em meio a esse cenário, em que o direito à educação se transforma em “acordos feitos em balcão de negócios”, o campo crítico se debruça sobre essas políticas em constância e persistência faz muito tempo e é, de um lado, bebendo dessa fonte e, de outro, buscando contribuir com a atualização do debate, que a proposição deste estudo consiste. É incontornável reconhecer que as contrarreformas da educação pública, estratégias de longa data da ofensiva do capital, se aprofundam *pari passu* a um processo contínuo de desfinanciamento dos serviços públicos, incluída a educação, por meio das “parcerias” público-privado, envolvendo Instituições de Ensino Superior e de Ensino Básico, públicas, gratuitas e laicas. Nessa conjuntura, em mais uma manobra de asfixia financeira das instituições públicas, em maio do corrente ano, o governo Lula-Alckmin editou o Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025 (Brasil, 2025a), que estabelece mais cortes no repasse do orçamento, restringindo-o a 1/18 por mês do que inicialmente fora previsto, jogando a maior parte para o fim do ano fiscal. Ao mesmo tempo, o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025 (Brasil, 2025b), que amplia o percentual de oferta de Educação a Distância nos cursos de graduação, liberando 30% da matriz curricular nesta modalidade em cursos presenciais, foi promulgado envolto em uma forte narrativa que se esmera em fazer parecer o oposto disso. De todo modo é um ledor engano acreditar que as políticas educacionais vêm se restringindo a essas funestas medidas. Ou melhor, é um grande equívoco acreditar que os contingenciamentos explícitos, que reiteradamente têm sido impostos à educação pública brasileira, são a única “forma de mal” que ameaça esse direito em nosso país. A racionalidade financeira é hegemônica no campo e essa certeza precisa afinar nossos olhares para as diferentes formas de expressão da austeridade. Exatamente nesse exercício vimos observando a profusão de proposições que vêm sendo implementadas, como se compactuassem com os arrochos consecutivos, que recorrentemente têm em comum o formato específico de “Programa”. Caminhando em paralelo às medidas mais explícitas de cortes nos orçamentos, que ganham manchetes e se tornam (acertadamente) foco da crítica e da resistência dos grupos organizados, a reincidência de propostas focais, em forma de Programas, parece seguir ilesa às análises. Tratam-se de proposições que



frequentemente se estruturam em resposta às chamadas públicas e aos Editais, e que comumente ‘contemplam’ com bolsas aqueles/as que a elas têm acesso. Frente a isso, nos perguntamos: por que, num cenário de demandas nacionais e ampliadas, o que se apresenta como proposta são tantas investidas focais? Por que a ‘bolsificação’ tem sido um processo tão corrente na atualidade, seja em espaços públicos ou privados? E por que isso é tão pouco problematizado? Por que Universidades, escolas básicas públicas e seu respectivo corpo docente aderem a estes Programas com tão pouco incômodo ou questionamentos? Muitas questões precisam ser colocadas e visibilizadas num contexto em que o *modus operandi* das políticas é tão recorrente e vem garantindo uma adesão majoritária ao que tem ganhado formas concretas nas políticas educacionais das últimas décadas. Partindo da compreensão de que Editais (com suas bolsas) são frutos das políticas educacionais do tempo presente, colocamo-nos a tarefa de inquirir e buscar respostas possíveis às investidas de “editalização” (ou à “bolsificação”). Buscando demonstrar a imprescindibilidade deste movimento, apresentam-se algumas políticas que se travestem do manto discursivo de “melhoria da educação”, em especial, da formação de professores/as, e que materializam a reincidência do formato que destacamos, tais como: Programa Mais Professores (Brasil, 2025c); Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência - “Pé-de-Meia Licenciaturas” - ação executada pela CAPES no âmbito do Programa Mais Professores; e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Brasil, 2014). A partir desse apontamento, consubstancia-se a crítica ao modelo, de modo que haja dúvidas de que estas políticas e Programas abrigam sementes, ou melhor, caroços (duros e difíceis de engolir), dado os atravessamentos e intervenções de setores do empresariamento que veem na educação uma fonte de lucro e negociações. É inegável que a educação pública tem sofrido golpes frequentes escamoteados pelo ardiloso discurso das parcerias público-privado e das políticas de Editais, consequentemente, de bonificações aos/às que forem por elas contemplados. Por fim, estudos que se dedicam à formação de professores/as envolve leituras críticas e criteriosas das políticas educacionais, bem como dos Programas propostos pelo Governo Federal, como os aqui citados, o que implica nos debruçarmos sobre seus textos, subtextos e intencionalidades.



Palavras-Chave: Formação e Trabalho Docente. Políticas de Editais. Programas de Bolsificação.

Referências

Brasil. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Brasília: CAPES, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid> Acesso em: 09 de agosto de 2025.

Brasil. Ministério da Educação. **Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025**. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil - Mais Professores, 2025c. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=17163#anchor> Acesso em: 09 de agosto de 2025.

Brasil. **Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025**. Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2025 e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2025a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.448-de-30-de-abril-de-2025-626983692> Acesso em: 09 de agosto de 2025.

Brasil. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, 2025c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639> Acesso em: 09 de agosto de 2025.

IANNI, Octávio. A construção da Categoria. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abril, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. Expressão Popular: São Paulo, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html> Acesso em: 09 de agosto de 2025.

SOUZA, Graziela Ferreira de. As políticas de formação docente: retrocessos e resistências. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 15, n. 3, set./dez., 2022.

